



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

TUPINAMBÁ NHEENGA: DICIONÁRIO ESCOLAR DO TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA, BA

Clara Carolina Souza Santos*
(UESB)

Consuelo de Paiva Godinho Costa**
(UESB)

RESUMO

Colaborando com o intuito da comunidade Tupinambá de Olivença (Ilhéus,BA) de implementar o ensino bilíngue na escola da aldeia, este projeto pretende elaborar um dicionário bilíngue tupinambá-português-tupinambá, que inovará em relação aos dicionários escolares em línguas indígenas do Brasil por trazer a transcrição fonética dos verbetes. Além disso, diferenciar-se-á dos demais dicionários do Tupi Antigo colonial (língua da qual o Tupinambá é uma variedade) por considerar a convenção ortográfica dos índios de Olivença, que unificaram e uniformizaram a escrita de sua língua em uma assembleia linguística em novembro de 2010.

PALAVRAS-CHAVES: Tupi, Didático, Fonética, Fonologia.

INTRODUÇÃO

Este artigo configura-se como peça fundamental na composição do nosso "Projeto Tupinambá", que dá assessoria linguística aos índios de Olivença na implementação da escola bilíngue na aldeia. Uma importante parte do projeto é

* Mestre em Memória, Mestranda em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia E-mail: claracarolina@gmail.com

** Orientadora. Professora do Mestrado em Linguística – UESB. E-mail: consuelopaiva@gmail.com



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

promover oficinas de fonética da língua Tupi e assessorar os grupos de estudos formados pelos professores indígenas, e, a longo prazo, fazer com que a língua indígena retorne, através da escola, à vida cotidiana da comunidade, já que deverá funcionar como fator identitário da etnia, alcançando, com isso, plena validade educacional e social.

Nos últimos 6 anos de minha pesquisa pessoal, realizada junto à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, com o professor Marcello Moreira, estudei os sentidos políticos das histórias luso-brasileiras até o século XVIII. Pela relação entre o pensamento político cristão ibérico e filosofia aristotélica, e pela relação tão conhecida desta com a filosofia platônica, fui também leitora sistemática dos textos aristotélicos (principalmente) e platônicos, intensamente apropriados nos períodos pertinentes aos objetos narrativos que estudei – histórias como as de Gabriel Soares, Guilherme Piso, Gandavo, Sebastião da Rocha Pita... Nos dias de hoje, as matérias de que falaram essas histórias e esses tratados filosóficos são conhecidas de forma mais ou menos difusa, mesmo que alguns de seus elementos sejam atuantes de forma muito intensa na imaginação literária hoje e em outras esferas da constituição dos saberes sobre os Tupinambás e demais viventes das costas e sertões brasileiros, bem como nas legitimações políticas e ajuizamentos morais feitos a respeito dos indígenas, etc. Partindo deste largo escopo, esta proposta compreende em específico o processo histórico de apagamento ou esquecimento da língua para a aldeia Tupinambá de Olivença e contribui de modo a resgatar sua língua para o uso cotidiano por meio organização de um Dicionário feito em conjunto professores da escola indígena de Sapucaieira.

Tanto o Tupi Antigo quanto as línguas vivas indígenas, elas mesmas, não costumam ser lidas hoje. Quando lidas, o são por meio de a) textos ou de gramáticos escolásticos que, segundo Barros (2003), podem significar um “espaço de ação da política jesuítica de standardização nesta língua” ou b) através de



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

textos de romancistas brasileiros novecentistas. Além desta distância entre o leitor contemporâneo e os textos que arrazoam a língua tupi nem sempre conhecem-se recursos para buscar as informações que estão ausentes e que a boa compreensão do texto demanda, como podemos compreender a partir de Tuffani (2009, p.164-165):

As principais fontes para o estudo do tupi são gramáticas, vocabulários, catecismos e poemas religiosos. Alguns desses trabalhos foram reelaborados posteriormente, o que torna às vezes imprecisa a autoria. Nenhum dos grandes vocabulários organizados pelos missionários foi publicado no período colonial, sendo o mais extenso deles o anônimo Vocabulário na língua brasílica, cujo manuscrito mais recente foi confeccionado em 1621/1622 em São Paulo.

Acresce que o hábito de leitura é um dos costumes modernos em mais crítico declínio. E evidentemente livros muito antigos, de grandes dimensões, com diferenças culturais profundas em relação ao presente, não se apresentam propriamente como um convite em si mesmos à leitura prazerosa, numa época em que a leitura tende a ser restrita a seu uso utilitário em veículos de comunicação digital. Não obstante, por partir da própria Instituição tal convite à leitura, a proposta de organizar um aparato textual que possibilite i) a decodificação de textos que hoje representam os cânones para a literatura Tupi e ii) o resgate desta língua no falar cotidiano é de fundamental importância não apenas para pesquisadores, mas, principalmente, para a comunidade Tupinambá de Olivença que terão, então, em mãos do grupo pelo menos um “condutor” da leitura, responsável por procurar fornecer dados necessários e pertinentes, além de indicar caminhos para que autonomamente qualquer um possa pesquisar acerca dos saberes ausentes mas implicados na leitura – como ocorre em toda leitura, decerto, embora sobretudo naquelas cuja complexidade ou distância histórica



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

requer “maiores esclarecimentos”, como se diz, ou em leituras nas quais o processo histórico alterou profundamente os seus sentidos:

Depois que a língua em questão deixou de ser falada, ao que se pode acrescentar a política do Marquês de Pombal, perderam-se as cópias dos vocabulários tupis utilizados pelos jesuítas, sobretudo o Vocabulário na língua brasílica. Assim sendo, aqueles que, a partir de então, interessaram-se pelo tupi começaram a usar vocabulários guaranis, ao que se somou a identificação do tupi com suas variantes posteriores, o brasileiro e o nheengatu, também conhecido como língua geral amazônica ou tupi amazônico. No século XIX, com o Romantismo, a tupinologia retomou impulso, mas, em meio a tal situação caótica, a maior parte dos trabalhos realizados acabou comprometida, uma vez que não se dispunha de um léxico da língua (TUFANNI, 2009, p.166).

Sobre a diversidade de textos que podem constituir o corpus para este trabalho, Barros (2003, p.127) diz:

Os manuscritos setecentistas sobre o tupi contabilizam sete dicionários (seis deles português-tupi), cinco estudos gramaticais, de diferentes extensões, e nove conjuntos de textos religiosos diversos (orações, listas de preceitos, canções, diálogos, confessionários etc.). Deste conjunto, apenas um – *Specimen Linguae Brasiliae Vulgaris*, de Anselmo Eckart (Rosa, 1994) – foi impresso no século XVIII, porém sem ser por iniciativa da Companhia de Jesus. A obra foi impressa em 1778 por um editor protestante que apoiou os jesuítas alemães expulsos pelo Marques de Pombal.

Para o primeiro caso, é comum a literatura recente sobre os Tupinambás sugerir que o princípio de uma pesquisa deve ser por meio das histórias, catecismos, narrativas de viagens, gramáticas... e outros textos documentais que tenham como argumento as peculiaridades da língua falada na costa brasileira. Como se sabe, estes textos seiscentistas e setecentistas seguem uma ordem e as

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

matérias ali dispostas são tratadas de modo a louvar o Império legitimando o lugar do cristão velho, fidalgo, lusitano e outros critérios de distinção para a monarquia portuguesa. Exemplarmente, nos sistemas descritivos históricos operantes nos séculos XVI, XVII e XVIII a ordem dos elementos naturais nas narrativas são regrados, ou seja, obedecem a critérios retóricos. Nestes sistemas de escrita, é comum principiar o louvor da Coroa Portuguesa pelas delimitação da extensão do domínio conquistado relacionando-o com os pontos estelares vistos do chão (SEED) e, a partir disso, os historiadores escolhem elementos naturais a fim de tanto servirem como exemplo (exempla) como para tornarem vistos aos olhos europeus objetos não conhecidos da fauna, flora ou peculiaridades dos habitantes.

No caso dos falares indígenas, a fim de compor uma imagem da extensão do domínio lusitano, é tópica os historiadores falarem de duas principais línguas que foram primeiramente vistas em terras brasílicas: a dos tapuias, divididas em inúmeras nações, e a dos tupinambás, mais geral. Exemplos disso podem ser recuperados em Pierre Cardim quando afirma que “em toda esta província há muitas nações de diferentes línguas, porém uma é principal” ou em Frei Vicente de Salvador ao dizer “todos falam uma mesma linguagem” (SALVADOR, p.112)“. Bélicas, estas narrativas descrevem costumes e práticas indígenas, como ritos antropofágicos ou, mais amenos, o dormir na rede, dançar, produzir os artefatos de barro, a comida, a caça, colheita ou pesca. A ordem destas histórias são, em geral, semelhantes, pois que regradas. Logo após descrever quem são os falantes do tupi (diferenciando-os das línguas faladas pelos indígenas Tapuias, diversos em nações), traçando seus modos de vestir, de casar, ritos, supostas genealogias e outros traços sociais as narrativas históricas reiteram regras esparsas da língua, como, por exemplo, a tópica do sem “F”, sem “L” ou sem “R” a fim de significar que

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

os ameríndios não possuem “Fé”, “Lei” ou “Rei”, ratificando, assim, os lugares cristãos da concórdia, obediência e caridade.

Mesmo reconhecidos estes princípios ordenadores das histórias setecentistas e seiscentistas, termos como “origem”, “língua mais falada”, “língua clássica” ou “língua primeira” foram atribuídos à língua falada na costa brasileira a partir do século XIX e, em alguns casos, o termo “geral” utilizado em alguns catecismos seiscentistas foi confundido com a “língua geral”, como se sabe a língua falada já no século XVIII. Atualmente, se o tupi for agrupado de acordo com critérios linguísticos, o tronco dos nativos das terras brasileiras corresponde à família tupi-guarani (DIETRICH, 2010, p.9) e pode ser distinguida em oito grupos (RODRIGUES, 1987).

Para examinar alguns aspectos da língua dos Tupinambá de Olivença, na região da Mata Atlântica, ao sul da Bahia, e seu processo de aprendizagem é necessário traçar uma definição do que seja a língua tupi antiga por causa de pelo menos dois aspectos. O primeiro deles é porque os grupos tupinambás que habitavam a costa brasileira e falavam a língua indígena clássica do Brasil (NAVARRO, 2005, p.9) são ditos de muitos modos em histórias seiscentistas e setecentistas e, desde então, há a tentativa de fixação dos limites para a língua tupi. O segundo motivo para discernir o termo “tupi antigo” é devedor do atual apagamento de boa parte da língua para cerca de 3000 falantes da tribo Tupinambá em Olivença, tendo por evento traumático mais

⁴⁸⁶Por família, entendemos: “As línguas do mundo são classificadas em famílias segundo o critério genético. De acordo com esse critério, uma família linguística é um grupo de línguas para as quais se formula a hipótese de que têm uma origem comum, no sentido de que todas as línguas da família são manifestações diversas, alteradas no correr do tempo, de uma só língua anterior. As línguas românicas ou neolatinas – português, espanhol, catalão, francês, romanche, italiano, romeno – constituem uma família, cujos membros deriva, de uma língua ancestral bem conhecida historicamente – o latim. Para a maioria das famílias linguísticas, porém, as línguas ancestrais são pré históricas, não se tendo delas nenhuma documentação. O conhecimento dessas línguas (ou de, pelo menos, certas características delas) é obtido mediante estudos histórico-comparativos que, partindo da descoberta de correspondências regulares (de sons, de palavras, de formas gramaticais) entre duas ou mais línguas, formulam hipóteses sobre as propriedades que devia ter uma língua ancestral para permitir (e explicar) a derivação diferenciada das línguas atuais” (RODRIGUES, 1989, p.29, APUD Dietrich, 2010, p.10) **Reescrever Discutindo.**



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

recente o Massacre do Cururupe⁴⁸⁷ que, diz-se, deixou a linguagem apenas aos falantes mais idosos, como vemos em Tuffani (2009, p.164):

Em se tratando de tupi, nunca é demais retomar os pontos que, apesar de esclarecidos nas últimas décadas, continuam desconhecidos do grande público, mesmo instruído. Não se deve confundir o tupi com o guarani, porque ambos foram tratados como línguas distintas por quem as documentou, sobretudo os jesuítas, e pela maioria dos tupinólogos do século passado. Tanto o tupi antigo como o guarani antigo são hoje línguas mortas, e a única forma de aprendê-los é por meio de textos. O guarani falado atualmente no Paraguai e o nheengatu ou tupi moderno são línguas que derivam respectivamente dos dois antigos idiomas falados grosso modo na bacia platina e na costa brasileira. A transição do tupi, tupinambá ou língua brasílica para o nheengatu é o brasileiro, que foi falado no Maranhão e no Pará por volta do século XVIII.

Daí, neste contexto teríamos dois usos distintos para a língua: o primeiro seria a fixação de uma norma a ser ensinada em contextos de sala de aula a partir do reconhecimento da gramática formal da língua tupi e o segundo seriam as marcas da língua tupi que permanecem no falar dos índios Tupinambá de Olivença. Navarro (2005) diz em seu curso:

Nós nos propomos, aqui, a ensinar-lhe, de modo correto, o Tupi Antigo, a língua indígena clássica do Brasil, a velha língua brasílica dos primeiros dois séculos de colonização do nosso país. Você aprenderá os fundamentos da língua Tupi e conhecerá onde ele está presente na língua portuguesa e na geografia do Brasil.

⁴⁸⁷Este evento é comemorado anualmente na "Caminhada Tupinambá" e foi estudado por Maria Hilda Paraíso em dissertação que leva o título "Os índios na área dos coronéis do cacau".



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

(NAVARRO, Lição 1,
<http://www.fflch.usp.br/dlc/tupi/licoes/licao01.htm>)

Político, Navarro distingue as línguas por usos em grupos de falantes e diferencia o seu curso de outros “sem a mínima seriedade”, assim, ao Tupi Antigo é reservado o estudo “de modo correto”. Penso que há aqui alguns pontos para se pensar a estrutura deste curso perguntando: i) qual concepção de Gramática está suposta nas lições? ii) Como se pensa o uso de Língua? iii) E quais os desdobramentos possíveis para um ensino da língua tupi antiga a partir desta proposta? A expressão “de modo correto” é curiosa, pois rememora usos gramáticos da Alexandria que explicavam os bons usos e bons costumes da fala e escrita e, por esta primeira proposição, podemos organizar o que se entende por “gramática”, por “uso de língua” e por “ensino de língua”. Como veremos, esta proposta vincula-se ao ensino para as línguas latinas e parece ser baseada em questões pontuais, que se resolvem com uma facilidade aparente. Quando usa o termo “correto” Navarro pode estar dizendo i) de regras que definem o funcionamento do Tupi Antigo e, neste sentido, pode ser o saber intuitivo que todo falante tem de sua própria língua. O complicador desta aceção é que Navarro diz ser o estudo voltado para a “língua que os marinheiros da armada de Cabral ouviram quando aqui chegaram em 1500 e que ajudou na construção espiritual do Brasil” Uma segunda aceção seria a ii) compreensão feita a partir das regras que definem o funcionamento de determinada norma como se houvesse uma “norma culta” para o Tupi Antigo.

Em estudo sobre a relação dos manuscritos impressos em Tupi e sua relação com a política linguística jesuítica no século XVII, Barros (2003) estuda alterações entre os manuscritos em tupi e o tupi oral na Amazônia. Isso porque, para Barros (2003), a política linguística jesuítica fixa “um repertório valorizado de



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

formas, léxicos e enunciados em tupi” (Barros, 2003, p.126) que constituem o que hoje chamamos de Tupi antigo e a partir deste limite seria possível reconstituir um processo prescritivo sobre a língua tupi, que Mattoso Câmara nomeia de “disciplinarização gramatical” (Barros, 2003, p. 126). Para Barros (2003) ao estudo do Tupi é importante estar atento às variações entre as regras e expressões do tupi antigo impresso e as possíveis adaptações nos textos em face à variedade tupi corrente nas missões - e, aqui, a política linguística priorizaria uma regionalização da língua.

Há na apresentação da língua Tupi o recurso da amplificação (*amplificatio*), no qual se exagera ou diminui os atributos de determinado objeto, como por exemplo quando é dito “a língua clássica do Brasil” reiterada pela expressão “a velha língua brasílica dos primeiros dois séculos de colonização”. Ao definir outras línguas indígenas, Navarro rememora a língua Tupi Antiga, promovendo o louvor da mesma, como por exemplo ao classificar a língua Tupi Guarani: “Dessas, o Tupi Antigo é a que foi estudada primeiro e a que mais influenciou a formação da cultura brasileira”. Segue a esta apresentação uma distinção das diferentes línguas indígenas por sua definição (*definitio*), ambos artifícios de gramáticas latinas. Navarro repete aqui uma noção de “língua primeira” ou da construção de uma origem linguística nacional observável em diversos textos, pronúncias, gramáticas, catecismos, dicionários, manuscritos ... e em suas apropriações posteriores ao período colonial. É o caso, por exemplo, de uma Conferência que devia ter sido pronunciada pelo general José Vieira Couto de Magalhães, mas que não foi por se ter interrompido a série das conferências comemorativas do Tricentenário do venerável Joseph Anchieta. Este livro é a reunião de XII pronúncias que ocorreriam em 9 de junho de 1897 na ocasião da comemoração do tricentenário de morte do padre José Anchieta, logo, pela ocasião podemos prever que os discursos recompilados são laudatórios, ou seja, louvam a vida e os

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

feitos ilustres do padre. Podemos inferir que se os discursos reunidos divulgam os bons feitos do padre é de se esperar que o tom das falas pronunciadas sejam também elevados. Assim, todos os elementos que Navarro utiliza para definir a língua Tupi são devedores dos esquemas interpretativos românticos e podemos compreendê-las pelas semelhanças no discurso. José Vieira Couto de Magalhães (1897, p. 249) diz:

O que caracteriza à primeira vista um país a que chegamos é a língua falada por seus habitantes. Quem chega hoje ao Brasil e por toda a parte ouve a língua sonora de Camões e Alencar diz: estou num país português. Há 400 anos atrás, porém, o que aportasse a quaquer parte de nossas costas, desde o Iguassú (hoje Rio da Prata) até o Paraná-pitinga do Norte (hoje rio Amazonas), ouviria uma língua tão diversa do português, quanto este o é do alemão ou do japonês, e essa língua era o nheengatu, avanheen, ou língua dos Tupia e Guaranis, ou antes tamuyos ou tamoyos.

Outros exemplos disso são as expressões que qualificam a língua Tupi:

Forneceu milhares de termos para a língua portuguesa do Brasil, nomeou milhares de lugares no nosso país (sendo, depois do português, a língua que mais produziu nomes geográficos em nosso território), esteve presente em nossa literatura colonial, no Romantismo, no Modernismo, foi a referência fundamental de todos os que quiseram afirmar a identidade cultural do Brasil (NAVARRO, Lição 1).

A necessidade deste Projeto está assentada sobre a compreensão de que a Universidade pública é um estabelecimento autônomo de difusão dos saberes à disposição, para que qualquer um, uma vez querendo, possa acessar o que ficou sendo chamado de "conhecimento", sinônimo de "ciência", scientia, do verbo saber, scio, em latim, "eu sei": scire, scientiae; saber, sabências. Sabemos, pois, que, assim constituído "o conhecimento" é forma de poder com que se pode oprimir, mas também defender-se da opressão. Entende-se que ao menos a Universidade



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

deve cumprir esse papel e essa diferença o mais que isto seja possível, porque os saberes à disposição não são consumíveis, ou não deveriam ser consumíveis, vendáveis, traficáveis, como mercadoria, cujos ingressos, cujos acessos, direta e indiretamente, são taxados com lucro, ágio, dividendo, diferenças e outros saques, ou roubos. O fato de ter como motivador o próprio interesse da comunidade, materializado através do pedido formal de suas lideranças políticas e educacionais, torna-o completamente viável e executável, o que é um diferencial entre as pesquisas com línguas indígenas no Brasil. Assim, esta proposta tem importante impacto social já que, além de atender a um pedido da comunidade indígena envolvida, vem tentar minimizar os trágicos efeitos que cinco séculos de colonização violenta e contínua promoveram na cultura e na língua deste povo. De fato, as comunidades indígenas localizadas nas regiões nordeste e sudeste do Brasil, locais de colonização muito antiga, sofrem com a perda de suas línguas e culturas, engolidas por esse processo de colonização que, como bem sabemos, continua até hoje, travestido de outros rótulo políticos e sociais. Além disso, as universidades públicas baianas têm uma grande dívida com essas comunidades que, quando desejavam implementar o ensino da língua indígena em suas escolas (que, absurdamente, só ensinam em português, no mais das vezes) tinham que procurar assessoria em outras universidades do país, já que as universidades públicas no nosso estado não ofereciam assessoria especializada adequada, com raras exceções.

Assim, o "Projeto Tupinambá", do qual faz parte o projeto de pesquisa "Tupinambá Nheenga: dicionário escolar do Tupinambá de Olivença, BA", vem resgatar uma antiga dívida que as universidades públicas baianas têm com as comunidades indígenas do estado, no que se refere à assessoria lingüística e apoio técnico especializado à implementação de escolas bilíngües nas aldeias. A proposta, portanto, terá grande validade educacional e social, pois, além de



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

promover a escola bilíngue na aldeia, participará de forma impactante na própria identificação dos indígenas como Tupinambás e promoverá sua revitalização cultural no interior da comunidade e também em relação à sociedade envolvente.

Os Tupinambá de Olivença conseguiram, recentemente, o reconhecimento junto à FUNAI, de sua etnia indígena, fator importantíssimo para auxiliar no processo de retomada das terras - secularmente invadidas - e que agora conta com um processo de demarcação em tramitação no legislativo federal. Para esta etnia, a possibilidade de retomada de sua língua nativa com todas as suas especificidades dialetais, e não somente como consta nas 'artes de gramática' (descrições feitas por padres e estudiosos, desde o período colonial), evita uma utilização artificial da língua indígena pela comunidade já que, ao contrário, promoverá a língua nativa como um fator identitário da etnia, alcançando, com isso, plena validade educacional e social, configurando-se, então como fator de vital importância para o processo não somente linguístico, mas fundiário e étnico, de maneira geral. São atitudes como esta, dos Tupinambá de Olivença que, ao procurarem apoio nas universidades para seus projetos de revitalização lingüística e cultural, auxiliam na minimização da enorme dívida que a sociedade brasileira tem com as sociedades indígenas. Restituir aos Tupinambás de Olivença o seu direito à língua é, por isso, cumprir um dos papéis mais sérios que, como veículo de "conhecimento", a Universidade pública deve representar junto à sociedade que ela integra: o de ser uma intensa produtora de acessos constituídos como diferença em relação às formas da mercadoria principalmente.

Desde seus começos, a escrita do Tupi Antigo vem sendo produzida paralelamente a uma gramática e formas de subjugação daquela língua aos esquemas interpretativos do Português de Portugal, e, assim, pode ser delimitada como literária, pelo ofício acadêmico de uma teoria, ao mesmo tempo que foi sustida pelos romancistas brasileiros do século XIX como objeto de fruição mais ou



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

menos intelectual no interior de instituições burguesas e/ou como expressão de um Sujeito que se deseja autonomizado de instituições burguesas. Por meio de um processo democrático de escolhas em assembleias comunitárias é possível que este Dicionário vise a contribuir com a apropriação da língua Tupi pelos próprios falantes, deslocando estas noções historicamente construídas e que fadaram a língua a não permanecer em seus lugares de usos primeiros.

Como dito, a constituição deste Dicionário visa a recuperar a língua para o cotidiano escolar, em primeiro lugar, e a partir da ação da comunidade em conjunto com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia por meio deste projeto, contribuir para que os indígenas de Tupinambá de Olivença recuperam o que lhes foi gastado por um longo processo de desmoralização, opressão, etc.

REFERÊNCIAS

- BARROS, M. C. D. M. A Relação entre Manuscritos e Impressos em Tupi como forma de estudo da política lingüística jesuítica no século XVIII na Amazônia. Revista Letras, Curitiba: Editora UFPR, 2003. n. 61, especial, p. 125-152.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos Índios no Brasil. Cia. Das Letras/FAPESP/SMC: São Paulo, 1992.
- EDELWEISS, Frederico G. Tupis e Guaranís – Estudos e Etnonímia e Lingüística. Salvador: Publicações do Museu da Bahia, 1947.
- _____. **Estudos Tupis e Tupi-Guaranis**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1969.
- LÉRY, Jean de. **História de uma Viagem à Terra do Brasil**. Trad. Monteiro Lobato, Rio – S. Paulo. Cap. XXII – Colloquio da chegada à terra do Brasil, entre um Tupinambá e um francez, 1926.
- NOLL, V.; DIETRICH, W. **O português e o Tupi no Brasil**. S.P: Contexto, 2010.
- RODRIGUES, Aryon Dall'igna. **Fonética Histórica Tupi-Guarani**: Diferenças fonéticas entre o Tupi e o Guarani. Curitiba: Arquivos do Museu Paranaense, IV, 1945.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

_____. **Línguas brasileiras.** Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Análise Fonológica:** Introdução à Teoria e à Prática com especial destaque para o modelo Fonêmico. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

_____.; MASSINI-CAGLIARI, G. Fonética. In: MUSSALIM; BENTES (Org.) **Introdução à Lingüística:** domínios e fronteiras 1. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. **Iniciação à Fonética e à Fonologia.** 2. ed. Revisada. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

HERNANDORENA, Carmen Lúcia Matzenauer. Introdução à teoria fonológica. In: Leda Bisol (Org.). **Introdução a estudos de fonologia do Português Brasileiro.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1975. p. 9-94.

MORI, Angel Corbera. Fonologia. In: Mussalim e Bentes (Org.) **Introdução à Lingüística:** domínios e fronteiras 1. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

TUFFANI, Eduardo. Revisão de um Compêndio de Tupi Antigo. **Revista Philologus,** Ano 15, N° 43. Rio de Janeiro: CiFEFiL, Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, jan./abr.2009.